

12 AGO 2011
FOLHA DE S. PAULO

Contrato federal suspeito de fraude tem clone no Paraná

Convênios assinados no mesmo dia com
o Turismo têm valor e objetivo iguais

**No caso de Curitiba,
deputado do PMDB
destinou por emenda
R\$ 4,4 mi para entidade
que é presidida por ele**

ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Um convênio com o mesmo valor, mesmo objetivo e assinado no mesmo dia do convênio que levou a Polícia Federal a investigar a cúpula do Ministério do Turismo é alvo de suspeitas de irregularidades graves no Paraná.

O caso sugere que as irregularidades encontrados pela polícia no Amapá não são um problema isolado, ao contrário do que se imaginava quando os primeiros resultados da investigação, conduzida pela PF vieram à tona no início desta semana.

O convênio do Paraná repassa R\$ 4,4 milhões para a Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba treinar agentes de turismo.

No Amapá, a organização não-governamental investigada pela PF, o Ibrasi (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável), também conseguiu R\$ 4,4 milhões, para fazer a mesma coisa.

Os dois convênios foram assinados no mesmo dia, 21

de dezembro de 2009, pela mesma pessoa, o então secretário-executivo da ministério, Mário Moysés, preso pela PF na terça-feira.

Os dois convênios têm como objetivo treinar 1.900 pessoas para atender turistas, em cursos presenciais e cursos à distância.

Uma auditoria feita pelo TCU (Tribunal de Contas da União) no convênio do Paraná detectou indícios de fraude e superfaturamento de preços nas concorrências feitas para contratar as empresas chamadas para executar os serviços previstos no convênio. O mesmo problema foi encontrado no Amapá.

A auditoria do Paraná, concluída nesta semana, está sob análise do ministro do TCU Augusto Sherman, que deve dar um parecer sobre o assunto nos próximos dias.

A Sociedade Evangélica Beneficente tem como presidente licenciado o deputado federal André Zacharow (PMDB-PR), que também é o autor da emenda parlamentar que reservou no Orçamento da União os R\$ 4,4 milhões destinados à entidade.

O dinheiro do convênio do Amapá também foi assegurado por uma emenda parlamentar, da deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP).

Equipes do projeto da Sociedade Evangélica no Paraná visitaram sete cidades no ano passado para divulgar e oferecer cursos gratuitos à população.

As prefeituras confirmam as visitas e informam que cederam salas para a realização das oficinas por cerca de dois meses, mas não souberam informar quantas pessoas compareceram às aulas, que eram de responsabilidade da ONG. Dizem, porém, que a procura foi grande.

Ontem, a Folha revelou que empresas e pessoas atingidas pela operação da PF no Amapá assinaram contratos de mais de R\$ 48 milhões com o Ministério do Turismo.

As mesmas empresas que trabalharam com o Ibrasi no Amapá foram subcontratadas pela Fundação Universa, de Brasília, com recursos do Turismo. Só a Universa tem R\$ 27 milhões em convênios com a pasta.

Colaborou DIMMI AMORA, de Brasília

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO 12 AGO 2011

IMAGEM E SEMELHANÇA

Convênio do Ministério do Turismo investigado no Paraná é idêntico ao alvo de operação da PF no Amapá



Autor da emenda que direcionou verba ao convênio



Fátima Pelaes (PMDB-AP)



André Zacharow (PMDB-PR)



Entidade contratada

Ibrasi (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento de Infraestrutura Sustentável)

Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, da qual Zacharow é presidente licenciado



Objetivo

Treinamento de 1.900 agentes turísticos (400 em cursos presenciais e 1.500 nos cursos à distância)

Treinamento de 1.900 agentes turísticos (400 em cursos presenciais e 1.500 nos cursos à distância)



Mesmo valor

R\$ 4,4 milhões

R\$ 4,4 milhões



Assinados no mesmo dia...

21.dez.2009

21.dez.2009



... pela mesma pessoa

Mário Moysés (ex-secretário- executivo)

Mário Moysés (ex-secretário- executivo)



Mesma vigência

21.dez.2009 a 30.jun.2011

21.dez.2009 a 30.jun.2011



Investigação

Ministério Público Federal diz que ao menos dois terços do total foram desviados e que cúpula do Turismo conhecia esquema. 36 foram presos

Auditoria do TCU viu indícios de simulação de concorrência, superfaturamento e fraude na cotação de preços na execução do convênio

CONTINUA

12 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Entidade nega irregularidades em convênio

DE CURITIBA

A Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, responsável pelo convênio investigado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), negou irregularidades na execução do programa.

Em nota, a entidade informou que “cumpre os ritos legais vigentes” e que os recursos repassados pelo governo são “aplicados em suas finalidades específicas”.

A nota não comentou a coincidência dos números do projeto com o convênio do Amapá, nem a contratação de empresas terceirizadas.

Existente há cerca de 60 anos, a sociedade é responsável pela manutenção de

um hospital, uma faculdade e um centro de educação profissional na capital.

O deputado André Zacharow (PMDB-PR), autor da emenda que destinou R\$ 4,4 milhões à ONG e presidente licenciado da entidade, não respondeu à reportagem.

Em entrevista ao jornal “Gazeta do Povo”, ele disse que não pode responder pela execução, pois sua responsabilidade era apenas encaminhar a emenda.

O Ministério do Turismo disse que, “caso seja detectada alguma irregularidade na prestação de contas” do convênio, pode até exigir a devolução da verba repassada.

Sobre a semelhança com o convênio do Amapá, o órgão afirmou que ambos integram o mesmo macroprograma. O responsável pelo projeto, Márcio de Oliveira, não respondeu até a conclusão desta edição.

CORRUPTO



-Nego com veemência. Mas, como a maioria aqui, me declaro 'simpatizante'.

12 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Copa era alvo de esquema, afirma juiz

Decisão que permitiu prisões relata que evento em 2014 iria 'potencializar fraudes' em programas de treinamento

Principais nomes do ministério presos pela PF têm ligações diretas com a preparação do Mundial e da Olimpíada

MARIA CLARA CABRAL
FILIPE COUTINHO
DIMMI AMORA
DE BRASÍLIA

O esquema que usou empresas falsas para desviar dinheiro em convênio com o Ministério do Turismo planejava fraudar e lucrar com os programas de capacitação do governo para a Copa-2014 e a Olimpíada-2016, segundo as justificativas do Ministério Público Federal para pedir as prisões na Operação Voucher esta semana.

O argumento foi endossado pela Justiça Federal. Foram presos servidores do ministério e empresários investigados no esquema que, segundo a PF, fraudou um convênio de R\$ 4,4 milhões.

No total, o ministério planeja investir R\$ 257 milhões e treinar 230 mil pessoas para receber turistas durante a Copa do Mundo.

Ao determinar a prisão dos envolvidos, o juiz federal Anselmo Gonçalves da Silva afirma que a Copa iria "potencializar fraudes" no programa de capacitação.

Esse foi o canal utilizado pelo esquema para, segundo a PF, simular treinamentos e desviar dinheiro.

"Fica evidente que as ações são reiteradas, sendo certo que a proximidade da Copa do Mundo e das Olimpíadas, com forte repercussão na área do turismo, poderia redundar na potencialização dessas fraudes", escreveu o juiz ao justificar o pedido de prisão preventiva.

PLANEJADORES

Os principais nomes do ministério que foram presos pela PF na operação têm ligações diretas com a preparação dos eventos.

São eles: Frederico Costa, secretário-executivo do ministério, Colbert Martins, secretário de Desenvolvimento do Turismo, e Mário Moysés, ex-presidente da Embratur.

Frederico e Colbert são os responsáveis pelo programa Bem Receber Copa, destinado a capacitar profissionais da área para receber os turistas durante os jogos, vinculado à secretaria de programas de desenvolvimento.

Mário Moysés, por sua vez, aguardava a indicação para trabalhar na APO (Autoridade Pública Olímpica), parceria do governo federal com o Estado e município do Rio.

OUTRO LADO

Os advogados de Frederico, Colbert e Moysés negam envolvimento de seus clientes e dizem que as prisões são injustificadas.

O Ministério do Turismo informou, em nota, que o programa Bem Receber Copa está em andamento e tem controles realizados pela CGU (Controladoria Geral da

República) e pela Fundação Getúlio Vargas.

Segundo o Ministério Público Federal, a proximidade com a Copa e o alto volume a ser investido pela pasta é um dos motivos para fundamentar a prisão dos envolvidos no esquema de desvio de dinheiro e, assim, "extirpar as raízes" do grupo durante a preparação dos jogos.

"Sabe-se que parte desses recursos investidos [na Copa e Olimpíada] passará pelo Ministério do Turismo, exatamente onde a organização finca as suas raízes, razões a mais, portanto, para extirpá-la", escreveu o procurador Celso Leal em seu parecer.

Segundo investigação da PF, os R\$ 4 milhões do Turismo que deveriam treinar pessoas no Amapá foram desviados por meio de todo o tipo de fraude, incluindo ONGs de fachada, notas fiscais falsas e a conivência de funcionários públicos.

“Fica evidente que as ações são reiteradas, sendo certo que a proximidade da Copa e da Olimpíada poderia redundar na potencialização dessas fraudes

DECISÃO DO JUIZ

CONTINUA

O que a Polícia Federal e a Procuradoria dizem sobre o suposto esquema de desvios de verbas

INÍCIO

Operação Voucher, deflagrada pela PF em 9.ago, prendeu 36 acusados de envolvimento em desvios de um convênio da pasta

do ministério

Como funcionava o esquema, segundo a PF

FOLHA DE S. PAULO

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministério pagou R\$ 4,4 mi a uma ONG, o Ibrasi, para que ela executasse um programa de capacitação profissional no Amapá

9 presos

IBRASI

O instituto repassava o dinheiro para empresas fictícias ou do próprio grupo. Diretores foram presos, acusados de ter forjado documentos para simular a execução do convênio

5 presos
1 já liberado

PRINCIPAIS ENVOLVIDOS PRESOS NA TERÇA-FEIRA



FREDERICO SILVA COSTA
Secretário-executivo
Seria o responsável pelo repasse inicial de R\$ 1,3 milhão ao Ibrasi com base em nota falsa. Foi indicado pelo PMDB
> Diz não ter participado de nenhum esquema de desvio



LUIZ GUSTAVO MACHADO
Diretor-executivo do Ibrasi
Tinha influência no ministério e conseguiu celebrar o convênio; segundo a PF teve acesso antecipado à auditoria do TCU por ter contratado como advogado o filho de um ministro da corte



MÁRIO MOYSÉS
Ex-secretário-executivo
Teria escolhido o Ibrasi para firmar o convênio ilegalmente. Trabalhou com a senadora Marta Suplicy (PT-SP)
> A defesa diz que não há provas de sua participação

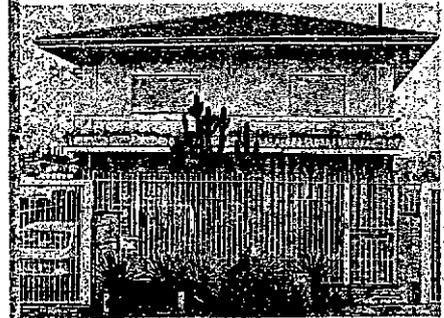


JORGE FUKUDA
Diretor do instituto
Teria simulado contratações. Também era chefe de empresa pública paulistana, mas foi exonerado

> ONG diz que relatório não prova desvios, e advogado nega o acesso privilegiado



COLBERT MARTINS
Sec. de Desenvolvimento
Teria liberado, com base em nota falsa, uma parcela do convênio de R\$ 900 mil. É ligado a Geddel Vieira Lima (PMDB)
> Não comentou



Sede do Ibrasi em São Paulo



KÉRIMA SILVA CARVALHO
Técnica
Teria coordenado a elaboração da defesa do Ibrasi no TCU em uma auditoria do tribunal
> Não foi localizada



OUTRA ONG
A Fundação Universa, que tem convênios de R\$ 27 milhões com a pasta, subcontratou as mesmas empresas que foram alvo da PF
> Diz que convênio foi fiscalizado

CONTINUA

12 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

EMPRESAS

Foram recontratadas pelo Ibrasi para oferecer os treinamentos a 1.900 pessoas no Amapá; segundo a PF, parte dos serviços não foi prestada e ao menos dois terços dos R\$ 4,4 milhões do convênio foram desviados

4 presos
17 já liberados



FÁBIO MELLO

Diretor de uma das empresas subcontractadas pelo Ibrasi

Em conversa gravada pela PF, é orientado por Frederico a montar uma empresa de fachada para participar do convênio com o ministério

> Não foi localizado

“O importante é a fachada, tem que ser uma coisa moderna que inspira confiança em relação ao tamanho das coisas que vocês estão fazendo

FREDERICO SILVA COSTA
Secretário-executivo do Turismo
em conversa com Mello

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1 Havia a necessidade de prisão de 36 investigados?

A PF diz que são necessárias para que os acusados sejam ouvidos sem combinar versões.

Advogados alegam que os réus são primários e não oferecem risco à investigação e que os indícios são insuficientes

2 A PF exagerou no uso das algemas?

Especialistas divergem. O STF diz que elas só podem ser usadas em casos excepcionais. A PF diz que agiu dentro da lei

3 O Ministro da Justiça e o Planalto foram avisados da operação?

O governo nega. Nos bastidores, aliados pressionaram o Planalto, acusando o governo de descontrole sobre a PF

4 O Ibrasi teve acesso privilegiado a dados do TCU que originaram a operação da PF?

A PF diz que sim. E alega que a ONG contratou o filho do ministro Aroldo Cedraz para evitar problemas no tribunal. Ele nega veementemente

5 Para onde foram desviados os recursos repassados a empresas de fachada?

Baseada em escutas, a PF diz que o dinheiro retornava ao Ibrasi e, daí, era distribuído a integrantes do suposto esquema. Em um dos convênios, diz que o dinheiro destinou-se à deputada Fátima Pelaes (PMDB-AP), autora da emenda para liberação dos recursos. Ela nega

12 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Juiz fixa fiança de R\$ 54,5 mi para soltar preso em Sergipe

Homem foi pego com arma e queria matar grávida, segundo a polícia

CAROLINA LEAL
DE SÃO PAULO

O juiz Marcelo Cerveira Gurgel, de Itabaiana (SE), fixou a fiança de R\$ 54,5 milhões para soltar um homem preso por porte ilegal de arma. O valor é o maior permitido para o caso.

Segundo a polícia, Hélio Márcio Pereira dos Santos, flagrado com a arma, confessou que recebeu R\$ 2.000 para matar uma mulher grávida de sete meses.

Na decisão, de julho, o juiz diz que a mudança no Código de Processo Penal não permite a prisão preventiva por porte ilegal de arma, cuja pena é inferior a quatro anos.

Ele, então, decidiu conceder a liberdade provisória mediante fiança, dependendo do crime e da capacidade financeira do preso.

O juiz considerou o valor

“inestimável” da vida da vítima que supostamente seria morta e fixou o maior valor possível para o caso —cem salários mínimos aumentados em mil vezes.

A advogada do preso, Marise Alves de Jesus, nega que ele tenha confessado a intenção de matar alguém. “Concordo que a vida não tem preço, mas você não pode pagar por um crime que não acon-

teceu. Ele foi preso por porte ilegal de arma, é por isso que ele tem que ser julgado”, diz.

Caso a decisão não seja revertida no pedido de habeas corpus, Santos terá que ficar preso até o julgamento.

Para o presidente da OAB de Sergipe, Carlos Augusto Monteiro Nascimento, a decisão não respeita a capacidade financeira do preso.

Virginia Catelan, da Defensoria Pública paulista diz que a fiança tem sido usada como prisão preventiva. “Em 95% dos casos [em SP] as pessoas não têm condições de pagar e ficam presas.”

Em julho, o motorista de um Porsche pagou R\$ 300 mil de fiança após se envolver um acidente que matou uma advogada em SP.

No caso dele, indiciado por homicídio doloso, o valor máximo da fiança poderia ter chegado a R\$ 109 milhões.

“Se eu fosse só um aplicador da lei, fixaria uma fiança baixa, ele [acusado] teria saído e a moça provavelmente estaria morta”

MARCELO GURGEL
juiz da 2ª Vara Criminal de Itabaiana

12 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

PF nega ter cometido excessos ao usar algemas

Polícia diz que seguiu regra internacional

Em resposta oficial ao Ministério da Justiça, a Polícia Federal afirmou que não cometeu excessos no uso de algemas na Operação Voucher, porque cumpria uma regra internacional segundo a qual presos devem ter as mãos imobilizadas durante deslocamento aéreo.

A polícia informou ao ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) que a instituição algemou 19 presos somente durante o transporte de avião. A **Folha** teve acesso a trechos do documento.

Para se defender, a corporação mostrou fotos em sequência do secretário-executivo do Ministério do Turismo, Frederico Silva Costa, afastado do cargo.

De quatro delas, Costa está sem algema em três em momentos diferentes. Na única imagem em que aparece algemado, o servidor se dirige ao avião rumo ao Amapá, base da investigação.

Segundo a **Folha** apurou, Cardozo soube da operação 48 horas antes de ser deflagrada. O ministro, porém, negou "veementemente".

(MATHEUS LEITÃO, NATUZA NERY E FELIPE SELIGMAN)

Cadeia usa gansos para evitar fuga de presos em Sobral

DE SÃO PAULO - O diretor da cadeia pública de Sobral (CE) resolveu usar gansos para evitar fugas. As duas aves ficam fora do prédio e "avisam" se algum preso chega perto da muralha.

A unidade tem 153 vagas e 208 presos. Há dois agentes penitenciários no local. Deveria ter quatro, segundo o diretor da cadeia, Wellington Picanço. "Está funcionando. Eles dão o alerta a qualquer movimento. Ainda não tivemos fugas", diz Picanço.

Segundo ele, será feito um concurso para contratar agentes. O governo diz que pretende reduzir o número de presos na cadeia (LUIZA BANDEIRA)

CONTRAPONTO

Trabalho voluntário

Uma vez divulgado que Frederico Silva da Costa, secretário-executivo do Ministério do Turismo preso na Operação Voucher, será defendido por Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, o famoso criminalista virou alvo de brincadeira dos amigos:

— Você neste caso? Como assim? Isso não está mais para juizado de pequenas causas?

O convênio sob investigação da PF é de R\$ 4 milhões, valor modesto se comparado às cifras envolvidas na maioria das causas de Kakay.

12 AGO 2011

MOROSIDADE

GAZETA DO POVO

Ações contra o INSS atrasam a Justiça Estadual

Só 19 cidades do Paraná têm varas federais. Em outros municípios, processos previdenciários são julgados por juizes estaduais. Trabalho aumenta em 30%

Diego Ribeiro

O excesso de processos é um dos maiores obstáculos para acelerar o trabalho da Justiça brasileira. No Paraná, um levantamento preliminar da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) em 14 cidades do interior do estado, aponta que os juizes dessas comarcas trabalham aproximadamente 30% a mais por terem de julgar ações previdenciárias contra o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), de responsabilidade da Justiça Federal. A sobrecarga dificulta traz consequências aos magistrados estaduais, que acabam atrasando seus processos, e ao cidadão, que vê a solução de seu problema cada vez mais distante.

O estudo, a ser concluído no fim do ano, será base de uma solicitação de providências ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para tentar acabar com esse fardo extra.

De acordo com a Constituição Federal, moradores de municípios onde não há varas ou juizados federais podem recorrer à Justiça Estadual em casos previdenciários — processos de aposentadoria, pensão, revisões de benefícios e salário maternidade. Alguns projetos de lei tentam mudar a Constituição, mas ainda não há nada em estágio avançado. No Paraná, apenas 19 cidades contam com unidades da Justiça Federal.

A questão torna-se mais incompreensível em cidades como Santo Antônio da Platina, no Norte do estado. A comarca não tem uma vara federal e o juiz estadual recebe as ações da outra esfera (leia mais nesta página). No entanto, a 20 quilômetros dali, em Jacarezinho, há uma vara federal.

“Isso tem causado total impossibilidade dos juizes darem conta de sua demanda”, afirma um juiz do interior do estado, que pediu para não ser identificado. Ele tem marcado audiências desses processos para maio de 2012 para dar conta da demanda estadual. “Todos estes processos contra o INSS têm que ter audiência com oitivas. Dura, em média, de um a três anos”.

Causa

A presidente do Instituto Brasileiro Previdenciário (IBDP), Melissa Folmann, acredita que dois fatores são fundamentais para causar essa avalanche de processos: a falta de servidores no INSS — há 1.485 no Paraná — e a fraca capacitação dos funcionários. Ela explica que os processos poderiam ser evitados se

os servidores fossem mais eficientes. “Temos que cobrar uma posição política para ter mais servidores treinados na legislação previdenciária.”

Para o juiz federal previdenciário de Curitiba José Antônio Savares, o cidadão conhece mais seus direitos hoje, o que faz a população tentar o reconhecimento de seus benefícios na Justiça. “O Judiciário precisa se estruturar para dar conta.” No entanto, ele concorda que o ponto principal está em sanar a questão pela raiz: o número de litígios previdenciários. “Muitas ações que temos aqui ocorrem porque o INSS não esclarece o segurado ou diz logo que ele não tem direito”. De acordo com ele, o INSS não pode se limitar apenas ao que está no cadastro do segurado, mas deve buscar a realidade dele. “Se isso melhorar, vamos diminuir o litígio”, afirma.

Resposta

O Ministério da Previdência informou que tenta resolver todas as questões de forma imediata e procura capacitar sempre os servidores. Ainda de acordo com o ministério, a presidente Dilma Rousseff já autorizou concurso para servidores do INSS. No entanto, ainda não há informações sobre o número de vagas.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 AGO 2011

AJUSTE

Juíza paga estagiários do próprio bolso

SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Marco Martins, correspondente

O volume de ações na área previdenciária que tramitam na Vara Cível em Santo Antônio da Platina, no Norte Pioneiro, tem feito a juíza Joana Toneti Biazus pagar do próprio bolso dois estagiários para auxiliá-la no acompanhamento dos processos acumulados. No juizado, das 9,2 mil ações que aguardam julgamento, 20% são processos com pedidos de aposentadoria, pensão ou algum tipo de benefício previdenciário.

O fato não ocorre apenas em Santo Antônio da Platina. Em outras cidades do interior, a reportagem constatou que os juízes pagam entre R\$ 100 e R\$ 150 do próprio bolso para pagar os estagiários. Os magistrados ouvidos pela reportagem pediram para não serem identificados. "Eu virei juiz federal sem ter concurso para isso", ironiza um dos magistrados. Segundo ele, a cada 10 ações que recebe, sete são previdenciárias.

Segundo Joana, são quase 2 mil processos que correm em sua comarca e que aumentam o trabalho em uma estrutura que oficialmente conta apenas com dois estagiários, fator que reduz a celeridade do Judiciário. Contratar mais dois estagiários e pagá-los do com dinheiro próprio foi a saída que Joana Biazus encontrou para tentar diminuir os processos que se acumulam em cima das mesas e nas prateleiras.

Vizinhança

Em Santo Antônio da Platina não há representação da Justiça Federal, por isso os processos previdenciários de quem mora na cidade podem ser ajuizados na Justiça Estadual. O Juizado Especial da Vara Federal mais próximo da cidade, encarregado de julgar processos federais, fica em Jacarezinho, distante 20 quilômetros. Como Santo Antônio da Platina é a maior cidade da região, com quase 44 mil habitantes, o volume de ações previdenciárias que tramitam na Vara Cível da Justiça Estadual é quase 20% maior que o volume de processos na Justiça Federal.

Joana Biazus explica que, apesar do trabalho extra, nem ela nem seus auxiliares recebem qualquer benefício ou gratificação pela análise da carga de ações previdenciárias. "Muito pelo contrário. Se usássemos esse tempo para atuar nas ações acumuladas, o trabalho se tornaria mais ágil", avalia. Segundo a juíza, cada ação previdenciária leva em média 14 meses para ser julgada. Em 95% dos casos, as decisões são contestadas no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre.

Colaborou Diego Ribeiro.

GARGALO

A Justiça Estadual carrega um fardo pesado das ações previdenciárias, que são de natureza federal. Levantamento preliminar da Amapar, em 14 cidades, mostra médias altas de ações da Previdência na esfera estadual.

Porcentagem de ações previdenciárias nas varas cíveis estaduais

Manoel Ribas	33%
Congonhas	32%
Bandeirantes	27%
Cândido de Abreu	25%
Andirá	25%
Cambará	22%
Sengés	21%
Santa Mariana	17%
Palmital	16%
Cornélio Procópio	15%
Cruzeiro do Oeste	10%
Uraí	8%
Astorga	6%
Jaguariaíva	3%

Por exemplo, na Vara Cível de Andirá há um total de 5,7 mil processos estaduais, dos quais 1,4 mil são ações previdenciárias.

CONTINUA

Processo eletrônico 1 2 AGO 2011 amenizaria problema

O processo eletrônico é um recurso que poderia colaborar para diminuir o número de ações na Justiça Estadual. Os advogados poderiam fazer o cadastro da ação em sistemas eletrônicos da Justiça Federal, via internet, diretamente na esfera competente, evitando as ações nas varas estaduais. No entanto, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná, José Lúcio Glomb, afirma que ainda é cedo para cobrar essa atitude dos advogados. Para ele, é preciso ter um sistema nacional unificado para iniciar esse procedimento.

FORMAÇÃO

Magistrados não estudaram Direito Previdenciário

A principal causa para os magistrados contratarem estagiários e ex-estagiários de varas federais para analisar os casos – e até mesmo ajudar a fazer a sentença – é a falta de conhecimento do tema.

Esses juízes entram no grupo de magistrados formados há até cinco anos que não estudaram Direito Previdenciário na faculdade de Direito. Na época, a matéria não integrava o curso. Há universidades que ainda não têm a cadeira previdenciária na

Novo tribunal

Apesar disso, Glomb lembra que é fundamental a criação de novas varas federais e sugere até a criação de um Tribunal Federal no Paraná. Hoje o Tribunal Federal da 4.ª Região (TRF) administra as varas dos três estados do Sul do país. A sede fica em Porto Alegre. “O Paraná não tem a atenção devida nesta área”, afirma.

Glomb sugere ainda que o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) busque uma alternativa para minimizar os custos com processos federais. “Os juízes têm toda a razão em reclamar. O TJ deveria buscar uma reparação na União.” (DR)

grade curricular do curso.

“Lamento pelos juízes estaduais. Tanto o magistrado quanto o cidadão são vítimas do sistema”, comenta a presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Melissa Folmann.

Na opinião da especialista, a justiça estadual acaba sendo paliativa porque, no final, em grau de recurso, quem decide é a Justiça Federal. Porém, eles são obrigados e devem cumprir o dever, seguindo o que a Constituição determina. (DR)

“O dia em que a Previdência for gerida por pessoas competentes, os processos diminuirão em mais de 60%.”

José Lúcio Glomb, presidente da seção paranaense da OAB.

NALE

O que diz a Constituição?

O parágrafo 3º do artigo 109 diz: “Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual”.

“Muitas ações que temos aqui ocorrem porque o INSS não esclarece o segurado ou diz logo que ele não tem direito.”

José Antônio Savares, juiz federal previdenciário de Curitiba.

14 meses

é o tempo médio de duração de cada ação previdenciária na Vara Cível de Santo Antônio da Platina.

12 AGO 2011

RAMIFICAÇÕES GAZETA DO POVO

Pivô do escândalo no Turismo atuou em contratos no Paraná

Fábio de Mello, preso pela PF que recebeu orientação de como montar entidade de fachada, é dirigente de ONG que foi subcontratada para prestar serviços no estado

Karlos Kohlbach e
Euclides Lucas Garcia

■ O empresário e dirigente de ONGs Fábio de Mello, preso pela Polícia Federal na Operação Voucher, atuou diretamente nos contratos do Ministério do Turismo com a Sociedade Evangélica Beneficente (SEB) de Curitiba — entidade sem fins lucrativos mantenedora do Hospital Evangélico e da Faculdade Evangélica. A informação consta do relatório da auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), que investiga os repasses do ministério para a SEB, obtido com exclusividade pela Gazeta do Povo com fontes de Brasília.

O nome de Mello tornou-se conhecido pela divulgação, anteriormente, de escutas telefônicas da PF, autorizadas pela Justiça Federal, nas quais recebe orientações do secretário-executivo do Ministério do Turismo, Frederico Silva Costa. O secretário, que está preso, “ensina” Mello a montar uma ONG de fachada para fechar convênios com o governo federal.

Irregularidades envolvendo Mello e empresas e ONGs dirigidas por ele também foram apontadas pela auditoria do TCU nos contratos feitos pela SEB com recursos do Turismo. De acordo com os auditores, Mello teria elaborado os projetos de qualificação de profissionais para a Copa de 2014 desenvolvidos pela SEB. Segundo o TCU, há indícios de superfaturamento nos serviços prestados pela SEB, fraude e simulação de concorrência e alteração de dados públicos do sistema de convênios do Ministério do Planejamento.

Assessoria

Além disso, ainda de acordo com o TCU, Mello teria assessorado a presidência da SEB até abril de 2010 e conseguiu que a entidade contratasse uma empresa dirigida por ele, o Instituto Brasileiro de Organização do Trabalho Intelectual e Tecnológico (IBT), para prestar serviços. O TCU afirma no relatório que a contratação da IBT tem “indícios de fraude e simulação de concorrência”.

Os auditores identificaram ainda que, dentro da SEB, foi montada uma espécie de equipe terceirizada para lidar com os projetos relacionados à Copa do Mundo. Esta terceirização, diz o TCU, teria sido feita porque a SEB não teria capacidade técnica para gerir os projetos ligados ao Turismo, já que a entidade está mais “relacionada a projetos e programas na área da saúde”.

Na equipe “terceirizada” da SEB, estariam, além de Fábio de Mello, o ex-presidente da ONG Darby Valente e o superintendente financeiro Luiz Antonio Tarasiuk. Sobre Valente e Tarasiuk, o TCU afirma que ambos “atuaram, ora por omissão, ora por ação, por vontade livre e consciente, inexistindo elementos que excluam a reprovabilidade da conduta dos gestores”.

O TCU ainda têm indícios de que Cláudia Zacharow Milleo, sobrinha do deputado federal André Zacharow (PMDB), teve participação nos projetos da SEB. O deputado peemedebista foi quem destinou duas emendas parlamentares, num total de R\$ 7,5 milhões do orçamento do Ministério do Turismo, para a SEB. A entidade é presidida por Zacharow desde 1988, mas atualmente o parlamentar está licenciado do cargo por exercer o mandato na Câmara.

Os programas desenvolvidos pela SEB, supostamente com irregularidades, foram aprovados por dois funcionários do ministério. É o caso da hora/aula de cursos presenciais e on-line previstos nos programas de capacitação.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Compra superfaturada

Outro indício de ilicitude é a compra supostamente superfaturada de "reprodução de material didático" para capacitação. O custo, pelo contrato, seria de R\$ 250 mil, mas os auditores do TCU encontraram o mesmo material por R\$ 68,4 mil — valor quase quatro vezes menor, o que sugere superfaturamento.

O relatório não menciona o suposto crime de desvio de dinheiro, mas fontes do TCU disseram que a auditoria deve ser encaminhada para Ministério Público Federal e para a PF. Diante dos indícios, o TCU do Paraná solicitou ao tribunal em Brasília que suspenda imediatamente o repasse de verbas federais envolvendo o convênio com a SEB. O pedido deve ser analisado nos próximos dias pelo ministro do TCU Antonio Sherman.

PERFIL

12 AGO 2011

Mello é ligado a várias ONGs

Uma das figuras centrais no escândalo de desvio de verbas do Ministério do Turismo, Fábio de Mello está ligado a diversas ONGs que receberam repasses da pasta nos últimos anos. Além das suspeitas de envolvimento em irregularidades nos programas da Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba (SEB), empresas presididas ou dirigidas por Mello também foram subcontratadas com recursos do Ministério do Turismo pela Fundação Universa, ligada à Universidade Católica de Brasília, em convênios de R\$ 27 milhões. De acordo com informações publicadas pela Folha de S.

Paulo, duas empresas se revezavam e venciam as concorrências da Universa: a MGP Brasil e a Barbalho Reis Comunicação e Consultoria, que tem Fábio de Mello entre os sócios.

Além disso, em dezembro de 2009, Mello já havia assinado, como presidente da ONG IBT, um contrato de prestação de serviços à Universa em convênio com o Ministério do Turismo. Só para um deles, o IBT recebeu R\$ 1,5 milhão. Segundo a PF, essas mesmas empresas foram subcontratadas no Amapá e não prestaram os serviços, o que levou à deflagração da Operação Voucher. (ELG)

TURISMO...

TIAGO RECCHIA



12 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Sede de entidade fica em prédio modesto de Brasília

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

¶ Flagrado em uma gravação em que recebe instruções do secretário-executivo do Ministério do Turismo, Frederico Costa, sobre como montar uma empresa de fachada convincente, o empresário Fábio de Mello parece não ter aplicado as "dicas" na entidade que preside, o Instituto Brasileiro de Organização do Trabalho Intelectual e Tecnológico (IBT). A sede da Oscip fica no modesto edifício Ceará, no Setor Comercial Sul, região central de Brasília.

Na conversa com Mello interceptada pela Polícia Federal, o número dois do ministério deu as seguintes orientações: "Pega um prédio moderno, meio andar, fala que está com uma sede que está em construção [...]. O importante é a fachada. Tem que ser uma coisa moderna, que inspira confiança em relação ao tamanho das coisas que vocês estão fazendo". Ambos foram presos na terça-feira, durante a Operação Voucher.

O IBT funciona em duas salas de 34 metros quadrados cada. O

aluguel dos escritórios do prédio varia entre R\$ 400 e R\$ 600. Ontem, entre as 14h30 e 15h30, não havia ninguém trabalhando no local.

Durante a tarde, nenhuma pessoa atendeu chamadas feitas para o telefone mencionado no site da Oscip (www.ibtbrasil.org.br). Uma pessoa que se identificou como funcionária do IBT atendeu em outro número que aparece em um documento do instituto, de um escritório localizado na Asa Norte de Brasília. Segundo um empregado da recepção do edifício Ceará, apenas duas mulheres frequentam o local — uma dá expediente algumas vezes por semana, enquanto outra aparece esporadicamente para buscar correspondências.

A funcionária de um escritório ao lado confirmou que "raramente" vê alguém no local. No site, o IBT se define como "parceiro de instituições de pesquisa de renome além de contar com mais de XX profissionais cuja formação é ímpar no mercado". O texto aparece exatamente com as letras "XX", sem o número real de funcionários.

"Pega um prédio moderno, meio andar, fala que está com uma sede que está em construção [...]. O importante é a fachada."

Frederico Costa, secretário-executivo do Ministério do turismo, em gravação dando dicas de como montar uma empresa de fachada convincente.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

DESVIO DE VERBA

12 AGO 2011

OUTRO LADO

Documento do Tribunal de Contas da União (TCU) revela que empresário preso pela Polícia Federal (PF) por suspeita de envolvimento no desvio de dinheiro do Ministério do Turismo elaborou e gerenciou projetos desenvolvidos pela Sociedade Evangélica Beneficente (SEB) de Curitiba. Há fortes indícios de irregularidades envolvendo os programas da entidade paranaense.

SEB nega irregularidades nos convênios

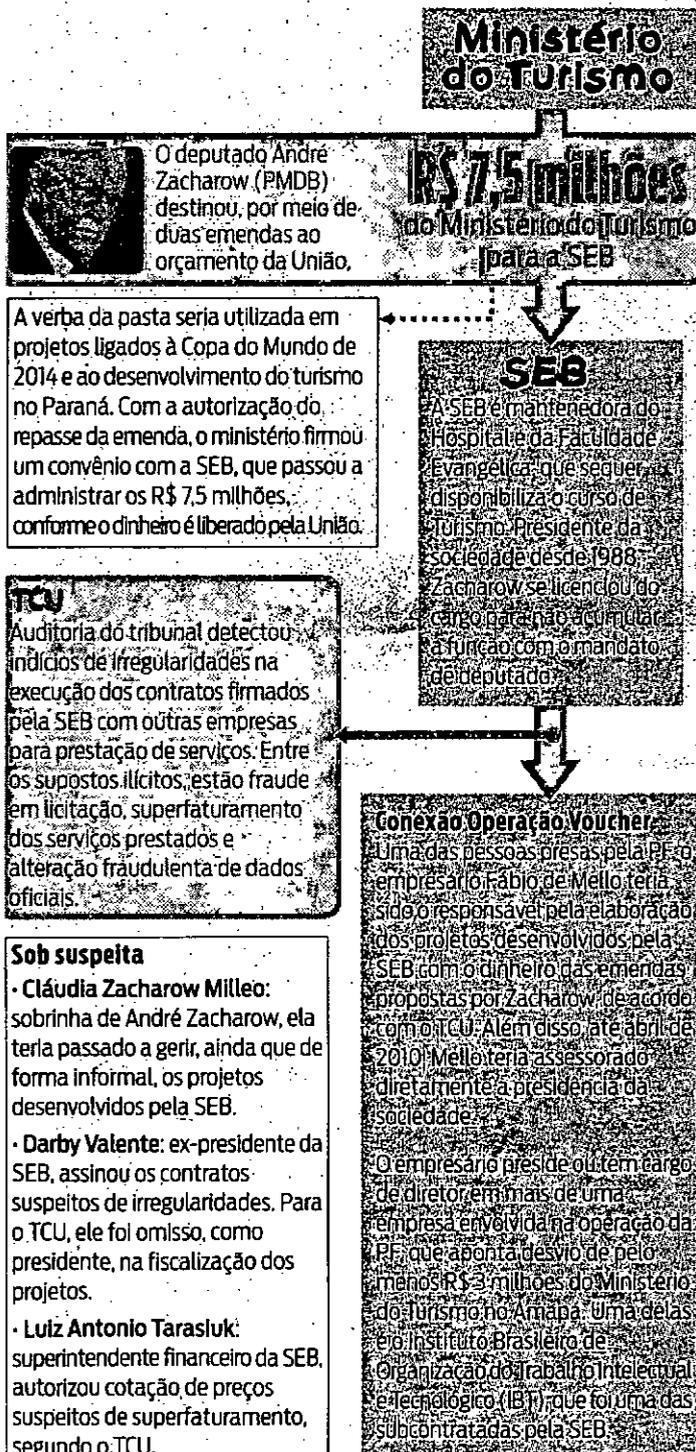
Por meio de nota, a Sociedade Evangélica Beneficente (SEB) rebateu a existência de irregularidade nos programas desenvolvidos por ela com os recursos do Ministério do Turismo. "Os convênios cumprem todos os ritos legais vigentes e os recursos [foram] aplicados em suas finalidades específicas dentro de critérios técnicos e éticos", diz o texto. A SEB afirma ainda que "todos os procedimentos estabelecidos nos termos de convênio estão devidamente registrados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Sicorv), do governo federal".

Já o Ministério do Turismo afirmou que, caso encontre alguma irregularidade na prestação de contas dos convênios com a SEB, "tomará as providências cabíveis, que envolvem até devolução da verba repassada". A pasta ainda se colocou "à disposição dos órgãos de controle interno e externo para quaisquer esclarecimentos".

Procurados pela reportagem durante toda a tarde de ontem, não foram encontrados para comentar o caso Fábio de Mello, Cláudia Zacharow Milleo, Darby Valente e Luiz Antonio Tarasiuk.

Mas, em reportagem publicada ontem, o deputado André Zacharow (PMDB-PR) e Darby Valente disseram desconhecer irregularidades na execução dos convênios da SEB e afirmaram estar surpresos com os ilícitos apontados pelo TCU. "Eu apenas encaminhei a emenda para o projeto. (...) Não posso responder pela execução", disse o parlamentar.

Já Valente afirmou que, como deixou o cargo de presidente da SEB há seis meses, lembra vagamente do caso e que não viu nada de irregular. **(KK e ELG)**



12 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Câmara pagava reportagens sobre Derosso

Jornal de Quatro Barras, cidade na Grande Curitiba, teria recebido por matérias com propaganda pessoal do presidente da Casa

Da redação

■ A Câmara de Vereadores de Curitiba pagou para serem publicadas reportagens com propaganda do presidente do Legislativo municipal, João Cláudio Derosso (PSDB). A jornalista Cristiane Fortes — proprietária do Jornal Metropolitan's, de Quatro Barras, cidade da região metropolitana de Curitiba — admitiu em entrevista a RPC TV que recebia R\$ 500 para cada reportagem publicada. As notas fiscais emitidas pelo jornal eram feitas em nome da Câmara e entregues na empresa Oficina da Notícia, que é de propriedade da esposa de Derosso, Cláudia Queiroz.

Segundo matéria da RPCTV, as reportagens foram veiculadas uma ou duas vezes por mês durante cerca de dois anos, entre 2007 e 2009. "Publicava a notícia (...), não era anúncio publicitário e, após feita a publicação, emitia nota em nome da Câmara e enviava para a Oficina da Notícia", contou Cristiane Fortes ao telejornal.

A jornalista falou ainda que o

ESTRATÉGIA

Parlamentares negam blindagem

Os vereadores da base de apoio do governo se reuniram na terça-feira para definir o rumo diante da crise instaurada desde o surgimento de denúncias contra o presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB). Como havia adiantado o colunista Celso Nascimento, estiveram presentes vereadores de diversos partidos, incluindo o próprio Derosso. De acordo com parlamentares, não houve qualquer discussão sobre estratégias de blindar Derosso.

Um dos presentes no encontro foi o vereador Roberto Hinça (PDT). De acordo com ele, foi um encontro informal, de portas abe-

tas. "Todos os dias é comum os vereadores se reunirem depois da sessão para tomar um café. Não foi uma reunião convocada", comenta. Mas Hinça afirmou também que o procurador da Casa, Fernando Küster, tirou dúvidas sobre a instalação de uma CPI. "Chega ao final do dia, todos vem fazer perguntas legais. O procurador veio sanar as dúvidas."

Segundo o vereador Sabino Picoletti (DEM), Küster explicou que é necessária uma comprovação de ilegalidade para que se instale uma CPI. "Ainda não se tem um fato comprovado de que houve ilegalidade", diz Picoletti. (CM)

periódico circula em municípios da região metropolitana de Curitiba, mas na capital era entregue apenas em órgãos públicos. Cristiane declarou que o Jornal Metropolitan's é encontrado em Quatro Barras e em Campina Grande do Sul. Derosso e Cláudia Queiroz não quiseram falar sobre as denúncias.

O presidente da Câmara de Curitiba é investigado por denúncias envolvendo supostas irregularidades na licitação de R\$ 30 milhões, pagos em serviços de publicidade da Casa entre 2006 e o início deste ano. Derosso é suspeito de favorecer a mulher, Cláudia Queiroz, no processo de

contratação de empresas de comunicação.

Além disso, o vereador tucano é acusado ainda de contratação de supostos funcionários fantasmas da Assembleia Legislativa do Paraná na Câmara e de desrespeitar a Súmula Vinculante n.º 13, do Supremo Tribunal Federal (STF), que proíbe a contratação de parentes. Acunhada do vereador, Renata Queiroz Gonçalves dos Santos, teria sido contratada irregularmente para um cargo em comissão na Câmara (leia mais ao lado). O presidente do Legislativo deverá prestar depoimento ao Conselho de Ética no próximo dia 18 para explicar as acusações.

CONTINUA

12 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Denúncia de nepotismo é oficializada no conselho

Chico Marés

O Conselho de Ética da Câmara Municipal de Curitiba se reuniu ontem para decidir os rumos da investigação sobre as denúncias contra o presidente da Casa, o vereador João Cláudio Derosso (PSDB). Nesta reunião, o conselho recebeu formalmente a representação contra o vereador por contratar sua cunhada, Renata Queiroz Gonçalves dos Santos. A ação foi apresentada pela vereadora Professora Josete (PT).

Segundo a representação, Renata foi contratada em janeiro de 2011 para o cargo de assistente técnica parlamentar, com salário de R\$ 2,8 mil. Um mês depois, em fevereiro, foi promovida a consultora, com vencimentos de R\$ 4,7 mil. Entretanto, no início de abril, ela foi exonerada. A reportagem entrou em contato com a presidência da Câmara para pedir informações, mas não obteve resposta.

Como se trata de uma representação, o processo terá um encaminhamento diferente das outras denúncias. Em vez de uma relatoria, foi criada uma comissão de inquérito para avaliar o caso, com integrantes do próprio Conselho de Ética. O presidente, Francisco Garcez (PSDB), nomeou os vereadores Zezinho do Sabará (PSB), Pastor Valdemir Soares (PRB) e Noémia Rocha (PMDB) para compor a comissão.

Além desta representação, existem mais duas denúncias contra Derosso. A primeira é relativa aos contratos de publicidade da Casa. Em 2006, Derosso contratou a agência de comunicação Oficina de Notícia, de sua esposa, Cláudia

Queiroz Guedes, para prestar serviços de publicidade para a Câmara – em licitação considerada suspeita. O relator, designado na segunda-feira, é o vereador Jorge Yamawaki (PSDB). Ele terá até o dia 21 para concluir as investigações e até o dia 31 para apresentar o relatório final.

Já a outra, relativa a contratação de funcionários fantasmas pela presidência da Câmara, ainda não foi formalizada no Conselho, já que a corregedoria da Casa ainda não remeteu a denúncia ao Conselho. Entretanto, Garcez já adiantou que o relator será o Pastor Valdemir.

Mais denúncias

O deputado federal Dr. Rosinha (PT) protocolou no Ministério Público Estadual (MP) mais uma denúncia contra Derosso. Segundo levantamento feito pelo petista, a Câmara usou informes publicitários durante a eleição de 2000 para promover vereadores e atacar adversários políticos do presidente da Câmara. Rosinha protocolou, também, um pedido de informações para a presidência da Casa, solicitando uma listagem dos veículos que receberam verba pública e cópias dos pagamentos feitos a cada veículo, desde 1997.

R\$ 500

é o valor pago por cada reportagem sobre Derosso publicada no Jornal Metropolitan's, de Quatro Barras.

12 AGO 2011

GAZETA DO POVO

ANDRÉ GONÇALVES

Algemados contra a impunidade

Em julho de 2008, uma cena estarreceu o Brasil: a prisão do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta, durante a Operação Satiagraha. A imagem de um político detido na própria casa, de madrugada, vestindo pijama e algemado provocou reações confusas. Havia um simbolismo justiceiro, misturado com uma nítida dose de abuso de poder.

Até porque Pitta não era o único poderoso capturado pela Polícia Federal (PF), havia também o banqueiro Daniel Dantas. Algo tão marcante que, três anos depois, ainda inspira a trama da novela das oito. Em meio às falhas processuais da vida real, porém, ficou o fato de que o Superior Tribunal de Justiça anulou as provas e condenações contra Dantas há dois meses.

Talvez a Satiagraha tenha sido para as investigações policiais o que a CPI dos Correios, em 2005, foi para os inquéritos parlamentares. Depois delas, tudo mudou. As hipóteses de apuração de irregularidades graúdas passaram a sofrer marcação cerrada, seja para coibir a espetacularização ou apenas para colocar panos quentes.

Eis que na última terça-feira veio à tona a Operação Voucher, que prendeu 36 pessoas acusadas de envolvimento em supostas irregularidades no Ministério do Turismo. Reapareceram as cenas de gente do colarinho branco algemada. Com elas, os protestos contra abusos da PF.

A presidente Dilma Rousseff tem curiosamente engrossado esse coro. Para ela, a forma como os policiais conduziram a ação foi um "acinte". Os protestos teriam rendido inclusive um puxão de orelha no ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

Pela soma dos últimos acontecimentos, não é mesmo o melhor momento para Dilma lidar com a

notícia de pessoas algemadas em plena Esplanada dos Ministérios. Em pouco mais de sete meses de governo, já são cinco pastas com focos de corrupção (Agricultura, Cidades, Minas e Energia, Transportes e Turismo). Sem contar os episódios que renderam as saídas dos ministros Antonio Palocci (Casa Civil) e Nelson Jobim (Defesa) e as preocupações com a crise financeira internacional.

Apesar das turbulências, a presidente tem conseguido passar satisfatoriamente a imagem de alguém que não compactua com corrupção. Até onde ela vai conseguir avançar, é outra história. Será uma luta tão dura quanto acabar com a pobreza extrema até 2014, sua principal bandeira.

Aliás, a guerra contra os corruptos — e a questão das algemas — passa pela desigualdade social. Vale repetir aqui um raciocínio do jurista paranaense Jacinto Nelson de Miranda Coutinho. Segundo ele, o modelo penal adotado pelo Brasil há 70 anos serviu como base para defender as instituições e não os direitos individuais do cidadão.

As regras, inspiradas no fascismo italiano, sempre deram proteção às parcelas mais favorecidas da sociedade. A ideia era manter os pobres sob jugo policial, ou seja, deixar à margem a discussão sobre os crimes de colarinho branco. Daí o senso comum de que só ladrão de galinha vai para a cadeia.

Claro que a sociedade brasileira evoluiu muito — e por sinal acaba de reformar seu Código de Processo Penal. Mas é inegável o turbilhão de emoções que a imagem de um engravatado algemado ainda provoca. Há regras claras para coibir abusos e elas precisam ser seguidas.

O que não pode sair de foco é a urgência de um basta à impunidade. Em especial, para aqueles que se privilegiam dela há tanto tempo.

12 AGO 2011

GAZETA DO POVO

Conduta criminal na internet

Internautas têm a falsa impressão de que a web não possui legislação para coibir abusos. Crimes on-line são previstos em leis já

existentes

Themys Cabral

■ O anonimato e o fato de estar atrás de um computador faz com que usuários, ao navegar pela internet, tenham a impressão de estar entrando em uma terra sem leis. A sensação, porém, é falsa, advertem os especialistas. Condutas praticadas pela internet têm, sim, enquadramento penal e podem levar à cadeia. "Existe uma visão equivocada de que não existe uma legislação que atende à internet", critica o delegado-titular do Núcleo de Combate aos Ciber Crimes (Nuciber), Demétrius Gonzaga.

"Essa falsa sensação de anonimato, por estar atrás de um computador e não ter contato direto com a vítima, faz com que pessoas, que não teriam coragem de praticar um crime na vida real, façam pela internet", afirma Rony Vainzof, advogado-sócio da Ópice Blum e professor de Direito Eletrônico da

Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), Universidade Mackenzie e Escola Paulista de Direito. "Há pessoas que têm uma conduta ética e transparente na vida pessoal, mas na internet não", diz Vainzof.

De acordo com os especialistas, o que importa é a conduta prevista na legislação penal e não o meio usado para cometer o crime. Com isso, as penas a crimes previstos no Código Penal e outras legislações penais também são aplicadas àquelas condutas cometidas na internet. Por isso, advertem os especialistas, é preciso pensar bem antes de colocar qualquer coisa na internet. "Fica um rastro eterno do pensamento ali, com uma exposição mundial e de fácil propagação", lembra Vainzof.

Comunidades

As comunidades do tipo "eu odeio", em redes sociais, exemplifica Gonzaga, podem se tornar um risco. Um passo em direção ao abuso e ao crime. "O usuário entra nessas comunidades e depois passa a assumir condutas de dimensões maiores, estimular a violência e, com o tempo, pode chegar até a matar." Até comunidades de fofocas podem virar caso de polícia.

O episódio que envolveu a morte do estudante de Educação Física Thiago Arruda, 19 anos, de Ponta Grossa, é um exemplo. Ele foi alvo de ataques em uma comunidade do Orkut, cujo único propósito era fazer fofocas e intrigas sobre os moradores da cidade. O rapaz foi chamado de homossexu-

al e pedófilo e recebeu mensagens que diziam que pessoas como ele deveriam morrer e não poderiam conviver com a humanidade. Os boatos atravessaram as paredes virtuais e Arruda acabou agredido e hostilizado pelas ruas da cidade. Em março de 2008, o rapaz, não suportando mais as humilhações, deixou recados na internet dizendo que se mataria caso as acusações continuassem.

Como resposta dos membros da própria comunidade, ele recebeu incentivos e orientações sobre a melhor forma de cometer suicídio. No dia seguinte, Arruda foi encontrado morto, dentro de um carro na garagem de sua casa. "Isso é claramente o crime de instigação ao suicídio", diz Gonzaga.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

LEGISLAÇÃO

Veja exemplos de crimes que podem ser cometidos também pela internet:

Discriminação ou preconceito

O crime previsto no 2º parágrafo do artigo 20 da Lei 7.716/89 pode ser cometido com a propagação de uma mensagem em uma rede social ou um e-mail com conteúdo discriminatório. Quando se usa um meio de comunicação social, como a internet, a pena é maior: de dois a cinco anos de prisão.

Calúnia, injúria e difamação

Os crimes previstos nos artigos 138, 139, 140 do Código Penal, têm a pena aumentada em um terço quando ocorre na presença de várias pessoas ou por meio que facilite o ilícito. A internet é exemplo de meio que facilita o crime.

Ameaça

O crime previsto no artigo 147 do Código Penal também pode ser cometido pela internet. A pena é de um a seis meses.

Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio

Uma inconsequente brincadeira de mal gosto na internet pode configurar crime. Instigar alguém a cometer suicídio é crime previsto no artigo 122 do Código Penal e pode ser cometido pela internet. Se o suicídio se consuma a pena é de dois a seis anos. Se a tentativa resultar lesão corporal grave, a pena é de um a três anos.

Falsa identidade

Usar uma falsa identidade para obter vantagem ou causar dano é crime previsto no artigo 307 do Código Penal. Portanto, ao usar uma falsa identidade para falar mal de alguém ou para ter acesso a algum tipo de informação, o internauta pode estar cometendo um crime. A pena é de três meses a um ano.

Violação de segredo profissional

O crime previsto no artigo 154 do Código Penal pode ser cometido pela internet se ela for usada como meio para que um dado confidencial de uma empresa seja transmitido. A pena é de três meses a um ano.

Concorrência desleal

O crime previsto no artigo 195 da Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) é semelhante ao anterior, mas neste caso há a intenção de praticar uma concorrência desleal. A pena é de três meses a um ano.

“Há pessoas que têm uma conduta transparente e ética na vida pessoal, mas na internet não.”

Rony Valnzof, advogado e professor de Direito Eletrônico.

“Existe uma visão equivocada de que não existe uma legislação que atende à internet.”

Demétrius Gonzaga, delegado-titular do Nucleber.

CONTINUA

12 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 AGO 2011

DICAS

Confira os 10 Mandamentos das Redes Sociais e saiba como ficar bem longe de qualquer tipo de crime e de criminosos virtuais, já que a internet não é um mundo sem lei:

1 Assim como na vida real, seja ético, honesto, íntegro, justo, sincero, bondoso e humano.

2 Leia atentadamente os termos de uso (contratos) das redes sociais antes de assiná-los digitalmente.

3 Utilize as opções mais restritivas de privacidade que as redes sociais disponibilizam.

4 Não converse com estranhos nas ruas virtuais, não adicione amigos ou mantenha relacionamentos nas redes sociais sem ter certeza de que quem está do outro lado do computador é seu amigo na vida real.

5 Cuide de sua senha como você cuida da chave de sua casa. Ela é a sua autenticação na Internet.

6 Não revele dados pessoais em redes sociais. Criminosos pesquisam o perfil das suas vítimas na internet.

7 Não tire fotos comprometedoras de você mesmo ou de terceiros, muito menos as exponha na internet.

8 Não utilize identidade de terceiros, não seja racista, não ofenda, não ameace e não humilhe terceiros. Tudo isso é crime.

9 Jamais incentive ou auxilie o suicídio.

10 Pense muito antes de se manifestar em qualquer rede social, pois o seu pensamento se eternizará na internet.

Fonte: Rony Valnzof, advogado e professor de Direito Eletrônico.

CONTINUA

Leis só precisam de ajustes

■ A legislação penal existente dá conta de atender a sociedade hoje, de forma geral, quando o assunto são crimes cibernéticos, dizem os especialistas. De acordo com eles, apenas alguns ajustes e atualizações pontuais seriam suficientes para adequar o que existe hoje. “Cerca de 95% do que acontece hoje já tem previsão específica”, afirma Rony Vainzof, advogado e professor de Direito Eletrônico.

Vainzof defende que falta hoje uma previsão específica contra a “disseminação de código malicioso”, ou seja, de vírus, e também contra a violação de domicílio eletrônico. Além disso, frisa o especialista, seria interessante a previsão de aumento de pena para alguns crimes quando cometidos pela internet, como dos crimes contra a honra e de concorrência desleal.

O delegado-titular do Núcleo de Combate aos Ciber Crimes (Nuciber), Demétrius Gonzaga, defende a necessidade de previsão de um crime paralelo ao existente hoje de vilipêndio (desrespeito) a

cadáver. “Ovilipêndio a cadáver está ligado às cinzas e ao corpo. Precisaria de algo contra a fotografia exibida e propagada.” Gonzaga é um dos colaboradores da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, que tem por objetivo propor melhorias na legislação em relação a crimes na internet.

Atualização

Gonzaga lembra também da importância de atualizar a Lei de Segurança Nacional, que previa como crime fazer fotografias do território nacional com intenção de espionagem. “Hoje, todos têm em seus computadores o Google Earth. Tem de ver se há intenção de espionagem mesmo.” É importante também, lembra Gonzaga, uma legislação específica para que pessoas que cometeram crimes na internet não sejam protegidas pelo anonimato, “O anonimato não pode ser ferramenta para proteger criminoso. Hoje, não há lei que obrigue as empresas a armazenar informações que podem ser usadas depois em investigações.” (TC)

12 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONCURSOS STF garante direito de nomeação

Os candidatos aprovados em concursos públicos têm direito a assumir os cargos dentro das vagas oferecidas no edital do concurso. A decisão é do Supremo Tribunal Federal (STF), que negou recurso do estado de Mato Grosso do Sul questionando a obrigação de nomear candidatos aprovados. O governo estadual defendia o direito da escolha com base em normas sobre a autonomia da administração pública para "aferir a real necessidade de nomeação". O ministro Gilmar Mendes reforçou a importância da segurança jurídica nos concursos e considerou que a administração pública está vinculada às vagas previstas no edital. Segundo ele, governos podem escolher o momento da nomeação, desde que o prazo de validade do concurso seja respeitado.

12 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

MP quer bloquear bens de cunhado de Alckmin

O Ministério Público Estadual requereu à Justiça indisponibilidade de bens do empresário Paulo César Ribeiro, o Paulão, cunhado do governador Geraldo Alckmin. A promotoria acusa Paulão de tráfico de influência para beneficiar cartel da merenda escolar em contrato com a prefeitura de Pindamonhangaba. A ação, de caráter civil, pede ressarcimento do valor do contrato e pagamento de multas que somam R\$ 792,2 milhões.

O prefeito João Ribeiro (PPS) também é acusado na ação com base na Lei de Improbidade Administrativa. Outros 17 investigados são citados, inclusive 8 empresas. A Verdurama e a SP Alimentação são apontadas como as principais beneficiárias por contrato de R\$ 30 milhões.

A ação pede condenação do irmão de Lu Alckmin, mulher do governador, às sanções da Lei de Improbidade, inclusive perda de direitos políticos. O valor da ação foi calculado com base no suposto prejuízo ao Tesouro municipal, acrescido de multas previstas na Lei 8429/92.

A ação foi distribuída para a 3.^a Vara do Fórum de Pindamonhangaba. O prefeito não se manifestou. Sua assessoria disse que ele ainda não foi notificado. Não iria se pronunciar porque desconhece o conteúdo do processo.

“Paulo não foi citado, não tenho cópia da inicial da ação e não tenho como me manifestar”, disse o advogado Gustavo Badaró, que defende o cunhado de Alckmin. A Verdurama não retornou contato do Estado.

12 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO TSE arquiva pedido para suspender a criação do PSD

A ação foi movida pelos diretórios nacionais do DEM e do PTB sob o argumento de que houve fraude no processo

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) arquivou duas representações contra o processo de criação do PSD. Os diretórios nacionais do DEM e do PTB argumentavam ter havido fraude nos trâmites burocráticos necessários para o reconhecimento da nova legenda. Até que fossem apuradas as suspeitas, os dois partidos pediam que os tribunais regionais eleitorais não emitsem o registro para a sigla.

A corregedora-geral da Justiça Eleitoral, ministra Nancy Andrighi, arquivou as duas representações, alegando que o processo de criação do partido ainda tramita nos tribunais regionais eleitorais. Somente depois que houver decisão nessas instâncias caberá à Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral apurar eventuais irregularidades.

Em outra decisão, a pedido do PSD, a ministra determinou que as corregedorias regionais eleitorais do Mato Grosso, Paraná, Amazonas e Bahia comuniquem ao TSE, em 48 horas, o resultado da conferência de assinaturas de eleitores nas listas de apoio exigidas pela legislação eleitoral para a criação de legendas. De acordo com o pedido do partido a ser criado, os cartórios eleitorais estariam descumprindo o prazo de 15 dias para a conferência dessas assinaturas.

O processo de coleta de assinaturas foi foco de denúncias desde o início do processo, há cinco meses. Em junho, o Estado revelou que funcionários da Prefeitura de São Paulo estariam ajudando na coleta. Em seguida, apareceram evidências de fraudes na lista de apoiadores em diversos Estados.

12 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Acusados no caso Banestado têm HC negado no Supremo

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal negou Habeas Corpus a dois acusados (pai e filho) de crimes relacionados ao caso Banestado. O ministro Luiz Fux, ao indeferir o HC, rebateu um dos argumentos da defesa dizendo "que uma denúncia que descreve minuciosamente os fatos não é inepta".

A defesa dos réus pediu o trancamento da ação penal. Alegou haver uma superabundância de figuras delitivas que seriam incompatíveis entre si. Além disso, sustentavam que o juiz da 1ª Vara Federal de Curitiba, onde tramita o processo, não seria competente para julgá-los. Por fim, argumentou que a denúncia seria inepta.

O relator do caso, ministro Luiz Fux, frisou em seu voto que os delitos citados na ação penal não seriam incompatíveis entre si. E, por conta da conexão entre os fatos apurados nessa ação penal e



os que já constavam de processos que tramitam na vara paranaense, o juiz da 1ª Vara Federal de Curitiba seria competente para o julgamento da causa.

Em 2008, pai e filho foram denunciados pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal em

decorrência da Operação Zero Absoluto, da Polícia Federal, que investigava o envio ilegal de dinheiro para contas no exterior sob a fachada de empresas de câmbio e turismo. Os acusados seriam titulares da conta Parned, no Merchants Bank, em Nova Iorque.

STJ analisará regras de compra de ações da Brahma/Ambev

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) vai interpretar juridicamente o real significado de termo legal inserido em contrato de emissão de bônus de subscrição de ações da Cervejaria Brahma, substituídos por títulos da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev). O resultado do julgamento vai acabar definindo o preço de aquisição das ações.

A controvérsia é a cláusula de reajuste do preço de exercício dos bônus de subscrição, que são títulos negociáveis que dão ao seu titular o direito de comprar ações da empresa, com preço e em prazo preestabelecidos. O texto fala em ajuste de preço caso haja aumento

de capital por subscrição pública ou privada, ou seja, oferta de novas ações a não acionistas ou a um grupo restrito.

Segundo o ministro João Otávio de Noronha, o cerne da questão é definir juridicamente se, de acordo com a Lei 6.404/76, conhecida como Lei das S.A., aumento de capital decorrente do exercício de opção de compra (ações oferecidas aos empregados) ou de bônus de subscrição são hipóteses de subscrição pública ou privada de ações.

Noronha entende que não é um caso de interpretação de cláusula contratual, vedada pela Súmula 5 do STJ. "A questão aqui examinada não é saber o alcance do que

as partes pactuaram, mas o que significa, perante a lei, aquilo que pactuaram", explicou o ministro. Além disso, os tribunais do Rio de Janeiro e de São Paulo deram decisões divergentes em processos idênticos.

Seguindo o voto-vista de Noronha, a Quarta Turma deu provimento ao agravo regimental da Ambev para que o STJ julgue o recurso especial sobre a disputa entre empresa e acionistas. O relator do agravo, ministro Aldir Passarinho Junior, atualmente aposentado, ficou vencido. Para ele, o recurso não deveria ser julgado pelo STJ em razão das Súmulas 5 e 7. Esta última veda a revisão de provas.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Conciliações movimentam

quase 1 2 AGO 2011
R\$ 2 milhões no RS

Mutirão alcançou a marca de R\$ 1.941.036,02 negociados por meio da conciliação

Em apenas cinco dias de mutirão, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul alcançou a marca de R\$ 1.941.036,02 negociados por meio da conciliação. Os eventos foram promovidos pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscons) de Caxias do Sul, Porto Alegre e Santa Maria, de 1º a 5 de agosto.

No total, foram 198 audiências feitas e 98 acordos fechados — a grande maioria envolvendo conflitos relativos a contratos com a Caixa Econômica Federal (Sistema Financeiro da Habitação e Crédito Estudantil).

Atualmente, a Justiça Federal no Rio Grande do Sul conta com seis Cejuscons envolvidos na promoção da conciliação como forma de solucionar conflitos pacificamente. Além das três cidades que fizeram mutirões na semana passada, Novo Hamburgo, Rio Grande e Pelotas, também contam com unidades especializadas em conciliação.

No total, foram 198 audiências feitas e 98 acordos fechados — a grande maioria envolvendo conflitos relativos a contratos com a Caixa Econômica Federal

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro Luis Felipe preside a 4ª Turma do STJ

12 AGO 2011

Três anos depois de tomar posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça, o ministro Luis Felipe Salomão assumirá, na próxima terça-feira (16/8), a presidência da 4ª Turma do STJ. O ministro ocupará o cargo deixado pelo colega João Otávio de Noronha, que assumiu a Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

Salomão é nascido em Salvador, mas fez carreira no Rio de Janeiro. Chegou ao STJ depois de 18 anos de magistratura na Justiça do Rio e no Tribunal de Justiça Fluminense. Foi titular de vara cível e empresarial e se tornou respeitado especialista em Direito Comercial, principalmente quando o tema é a Lei de Recuperação Judicial.

Uma das decisões por meio das quais o STJ garantiu a eficácia da Lei de Recuperação Judicial foi relatada por Salomão. O ministro fixou duas teses: o juiz trabalhista não pode determinar a desconsideração da personalidade jurídica para bloquear os bens dos sócios e da empresa e o prazo de 180 dias para que as execuções contra a empresa fiquem suspensas pode ser prorrogado. O juiz também é defensor ferrenho de filtros processuais efetivos para os tribunais superiores.

Com a saída de Noronha, a 4ª Turma ficou desfalcada. Hoje, é composta também pelos ministros Raul Araújo, Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

INFRAESTRUTURA 12 AGO 2011

Interferência da justiça entrava andamento de grandes obras

Interferência da justiça entrava andamento de grandes obras

As medidas adotadas pelos órgãos de controle e pela Justiça que acabam acarretando longos períodos de paralisação foram apontadas como o principal entrave que as grandes obras de infraestrutura no País estão enfrentando.

As medidas adotadas pelos órgãos de controle e pela Justiça que acabam acarretando longos períodos de paralisação foram apontadas como o principal entrave que as grandes obras de infraestrutura no País estão enfrentando.

O diagnóstico foi dos dirigentes da Sobratema – Associação Brasileira de Tecnologia para Equipamentos e Manutenção durante a entrevista coletiva da Construction Expo 2011 – Feira Internacional de Soluções para Obras & Infraestrutura, que termina neste sábado, no Centro de Exposições Imigrantes, em São Paulo. Segundo eles, esta situação resulta em prejuízo para a sociedade que necessita de estradas, portos e aeroportos.

Os dirigentes da Sobratema querem que eventuais irregularidades detectadas numa obra sejam investigadas e os responsáveis punidos, se for o caso, mas sem prejuízo do andamento do serviço. Para Mário Humberto Marques, vice-presidente da Sobratema as “obras que estão andamento, que foram licitadas e obedeceram integralmente o que prega a Lei 8.666 não devem ser paralisadas por uma ação do Ministério Público de Tribunais de Contas”.

A deficiência na qualificação de mão-de-obra no setor construção e mineração também foi outro assunto preocupante da Sobratema. “É preocupante esse aspecto, mas as empresas estão se mobilizando para melhorar essa formação”, diz Mário Humberto Marques, vice presidente da entidade.

O evento Construction Expo 2011 – Feira Internacional de Soluções para Obras

& Infraestrutura, que termina neste sábado em São Paulo tem os seguintes os salões temáticos: Salão da Copa de 2014, que está exibindo uma réplica de um estádio de futebol; Salão Belo Monte, com detalhamento da usina hidrelétrica em construção no Pará; Vila do Aço, que reproduz ambientes feitos com estrutura de aço; Salão da Infraestrutura Ferroviária e do Trem de Alta Velocidade, dedicado às tecnologias e os desafios dos vários projetos na área ferroviária; Salão da Sustentabilidade, com foco na reciclagem de material de construção; e o Salão da Inovação, para a apresentação dos mais recentes projetos inovadores relacionados à área de construção.

Está montada ainda uma Mostra de Equipamentos para pequenos canteiros, destinada a obras em lugares de difícil acesso aos grandes equipamentos.

Em todos os salões temáticos, a Sobratema contou com parcerias. No caso do Salão da Copa de 2014, a parceira é a Madarim Comunicação, responsável pelo conteúdo do Portal 2014 na web; na Vila do Aço é o Instituto Aço Brasil (IABr); no Salão Belo Monte, é a empresa Norte Energia, responsável pela hidrelétrica que será construída no Pará; no Salão da Infraestrutura Ferroviária e do Trem de Alta Velocidade, o apoio vem da Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer); o Salão da Inovação conta com o apoio da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras (Anpei); o Salão da Sustentabilidade foi montado por empresas filiadas à Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição (Abrecon).

12 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

FÁBIO CAMARGO

A Magistrada Eterna

Foi uma semana forte para ela que se tornou um ícone da magistratura nacional, a sessão plenária do Supremo Tribunal Federal (STF) na quarta-feira dia 10 proporcionou a ela uma bela homenagem à “eterna” ministra Ellen Gracie, que acaba de se aposentar. Emocionado, o decano da Corte, ministro Celso de Mello, conduziu a solenidade. Ele voltou a afirmar, como o fez por ocasião da nomeação da ministra, em 2000, que a chegada de Ellen Gracie ao Supremo foi “emblemática, um ato denso de significação histórica e pleno de consequências políticas”. A ministra Ellen foi a primeira mulher a integrar o Supremo e pode ser um belo nome para política brasileira.

12 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

MARCELO ARAÚJO

Dolo eventual e os crimes de trânsito

É impressionante o aumento dos homicídios praticados com dolo eventual no trânsito. A todo momento a imprensa noticia a ocorrência de mais um fato (não ousou nesse momento usar a palavra 'acidente') em que o autor (condutor) teria assumido o risco de matar com o veículo e envolveu-se numa tragédia. O crime culposo é aquele que se dá por imprudência, negligência ou imperícia do causador, enquanto o doloso o causador quis o resultado (dolo direto) ou assumiu o risco de produzi-lo. Simples, não é??? Seria simples se a pena prevista para ambos fosse a mesma, só que se o homicídio no trânsito qualificado como culposo prevê uma pena de detenção de 2 a 4 anos, enquanto que se for doloso é de 6 a 20 anos de reclusão, e submetido ao julgamento da sociedade, no Tribunal do Juri.

Certamente a sociedade clama por uma resposta para as grandes tragédias no trânsito, mas há que se tomar especial cuidado em não banalizar conceitos já enraizados para suprir o clamor por penas maiores para os crimes culposos no trânsito. Dizer que determinada pessoa 'assumiu o risco' para que seu ato seja qualificado como doloso parece muito simples, difícil é demonstrar de forma inequívoca que houve concordância com o resultado (anuência), e ainda assim agiu com indiferença. O dolo não admite a presunção, precisa ser provado.

Não sou especialista em legislação penal, portanto me sinto confortável em fazer alguns questionamentos que causam desconforto. Como alguém que possui um automóvel caríssimo assume o risco de matar alguém mas não prevê a hipótese de causar riscos na lataria do veículo, pois essa morte não seria pelo susto ou emoção pela passagem do carro?! Quem assume o risco de matar, prevê também que poderá colidir com um veículo de maior porte então também assume o risco de morrer, suicídio?! Se um condutor estiver em velocidade muito excessiva, fazendo racha e envolver-se num acidente terá agido com dolo eventual mesmo que esteja de motocicleta?! Ainda que alguém cruze sua frente com o semáforo fechado?! Os psicólogos especialistas em trânsito são uníssomos ao afirmar que tais motoristas pensam que são imunes, que nada vai acontecer, estão acima de qualquer coisa, mas quem pensa assim está assumindo o risco de cometer algo danoso ou é justamente o contrário?!

MARCELO JOSÉ ARAÚJO - Advogado e Consultor de Trânsito.
Professor de Direito de Trânsito e Presidente da Comissão de Direito
de Trânsito da OAB/PR - advcon@netpar.com.br

12 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Aumenta assistência jurídica gratuita a pessoas carentes

**Maior acesso à justiça é resultado
da ampliação do número
de defensores públicos no País**

Brasília - Estima-se que existam no Brasil cerca de 130 milhões de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, que podem ser amparadas pela assistência jurídica gratuita. São pessoas que precisam dos serviços de um advogado e não têm como pagar. De acordo com a Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), tem aumentado o número de pessoas atendidas por um defensor público e a atuação da Defensoria Pública também tem se expandido.

De acordo com o presidente da Anadep, André Castro, o acesso à Justiça no país tem avançado bastante. "O número de defensores aumentou 80%, de 2004 a 2008. Em 2009, os defensores públicos atenderam a mais de 10 milhões de pessoas e, em 2010, o número aproximado é de 12 milhões. É evidente o crescimento da Defensoria Pública e sua atuação, cada vez mais prestando assistência jurídica", observou.

Porém, mesmo com o avanço do serviço, alguns aspectos ainda preocupam como,

por exemplo, o fato de Santa Catarina ser o único estado que ainda não tem uma Defensoria Pública. "Não existe previsão de ter defensoria em Santa Catarina, pois o projeto de lei de iniciativa popular foi arquivado na Assembleia Legislativa. Mas, por provocação da Associação Interamericana de Defensorias Públicas (Aiddef), a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou um projeto que pede que todos os países-membros instalem as respectivas defensorias públicas em todos os estados", relata Castro.

O projeto da OEA aborda o tema do acesso à Justiça como um direito autônomo e classifica a Defensoria Pública como ferramenta eficaz para garantir o acesso à assistência jurídica gratuita das pessoas, em particular àquelas que se encontram em situação especial de vulnerabilidade.

De acordo com a Defensoria Pública da União (DPU), em 2010, o número de assistidos pelo serviço foi maior que 1 milhão, embora a DPU tenha apenas 51 unidades em atividade e 465 defensores públicos atualmente.

FOLHA DE LONDRINA

MAZZA 12 AGO 2011

Controle

O jurista Miguel Reale Filho no debate da OAB sobre controle da mídia o comparou ao caso do Conselho Nacional de Justiça por ser combatido à exaustão até nos tribunais. Quem tornou o tema maldito foi o lulismo com a insistência no tal Conselho de Comunicação, afinal repudiado, e justamente quando mais intensa era a devassa pela mídia nos nichos de corrupção.

INFORME

Prisão no Paraná

Uma das 36 prisões resultantes da Operação Voucher, deflagrada no início da semana pela Polícia Federal, foi feita no Paraná. Uma funcionária do Ministério do Turismo, que estava a passeio em Curitiba, foi presa na ação da PF. Por enquanto, a operação ainda não rendeu desdobramentos no Paraná. Mas, se depender dos indícios de irregularidades em convênios entre entidades do Estado e o Ministério do Turismo já investigados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) é possível que a situação chegue por aqui, mais cedo ou mais tarde...

CLÁUDIO HUMBERTO

Concurso: aprovados processam governo do Rio

Cerca de 160 pessoas lesadas em concurso para inspetor penitenciário no estado do Rio entraram na Justiça contra o governo. Aprovados em exame de 2006 pela Secretaria Penitenciária, pelo menos 30 pediram demissão de seus empregos para ingressar na carreira, mas não foram convocados. A decisão do Supremo Tribunal Federal, que determina nomeação de aprovados em concurso, reforça a ação do grupo.

PODER SEM PUDOR

Um Jobim desafinado

O deputado Chico Alencar (PSOL-RJ) estava certa vez no Conselho de Ética espiando uma tóvê que transmitia o julgamento do Supremo Tribunal Federal, no qual o ex-ministro José Dirceu foi derrotado. Mas não resistiu ao ver o então presidente do STF, ministro Nelson Jobim, votar a favor do ex-chefe da Casa Civil do governo Lula:

- É o único Jobim que sai do tom...

12 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA CONDOMÍNIO

Quais as regras para locar ou vender a vaga de uma garagem?

As regras para venda ou locação de garagens estão descritas no Código Civil (artigos 1.331 a 1.358) e também nas normas do próprio condomínio (Regimento Interno e Convenção).

Existem basicamente dois tipos de vagas de garagem em condomínios. As que são acessórias ao apartamento ou loja e as que são unidades autônomas. Se a vaga for uma unidade autônoma, isto é, com escritura e registro próprios, a venda ou locação pode ser feita sem qualquer restrição, independentemente do consentimento dos demais condôminos.

Entretanto, se a vaga for acessória, a regra é um pouco diferente e deverá seguir o que diz o Código Civil e as normas condominiais. Nesses tipos de vagas o dono poderá vender ou alugar a sua vaga na garagem, inclusive para terceiros, desde que o a norma do condomínio não proíba.

Neste caso, a vaga deve ser oferecida primeiramente aos outros moradores em igualdade de condições. Se nenhum outro condômino demonstrar interesse, o dono da vaga estará livre para anunciá-la para não moradores.

A lei diz ainda que esse tipo de negócio pode ser proibido pela convenção de condomínio se assim for desejado, entretanto a convenção tem que prever esta situação antes que se realize uma venda ou locação pois, no nosso entender, se não há regra proibindo na ocasião, posteriormente não poderá o condomínio requerer o desfazimento do negócio. Afinal, se não é contra as normas do prédio, é direito adquirido. Não será possível revoga-lo a posteriori, mesmo que as regras de condomínio mudem.

Eduardo Faria de Oliveira Campos
advogado (Londrina)

TRIBUNA DO PARANÁ

Escândalo 12 AGO 2011

Criada Comissão Processante pra analisar denúncia de nepotismo.
Derosso é acusado de manter cunhada em cargo em comissão

Em sete dias

Roger Pereira

O Conselho de Ética da Câmara de Curitiba instaurou, ontem, a Comissão Processante para analisar a representação da vereadora Professora Josete (PT) contra o presidente da Casa, João Cláudio Derosso (PSDB) por nepotismo. Nesta nova denúncia, Derosso é acusado de manter a cunhada em cargo em comissão na Assembleia por três meses no início deste ano.

“Estamos cumprindo o que diz o regimento. Há duas formas de o Conselho de Ética ser chamado: por denúncia de um cidadão, como ocorreu no caso dos contratos de publicidade, ou por representação de partido ou parlamentar. Neste caso, o regimento determina que se instaure a Comissão Processante”, explicou o presidente do conselho, vereador Francisco Garcez (PSDB).

A comissão, composta pelos vereadores Pastor Valdemir Soares (PRB), Noêmia Rocha (PMDB) e Zezinho do Sabará (PSB) tem sete dias para apresentar ao conselho o relatório, informando se houve irregularidade e sugerindo a punição compatível, que pode variar de advertência à cassação do mandato. O relatório será votado pelo conselho e pela Comissão de Legislação e Justiça, antes de chegar ao plenário.

Prazo

Com o prazo mais restrito, a denúncia de nepotismo contra Derosso deverá ser julgada pela Câmara antes da primeira denúncia, que trata de supostas irregularidades em contratos de publicidade que teriam beneficiado a esposa do presidente da Câmara, Cláudia Queiroz, proprietária de uma das agências contratadas pelo Legislativo municipal, que tramita no Conselho de Ética desde o dia 21 de julho. O relator do caso, vereador Jorge Yamawaki, tem até o próximo dia 21 para concluir seu trabalho.

12 AGO 2011

TRIBUNA DO PARANÁ

Cadastro de reserva livre de nomeações

O entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que o poder público é obrigado a nomear candidatos aprovados em concursos públicos dentro do número de vagas oferecidas no edital não atinge as seleções para cadastro de reserva, consideradas tão polêmicas. Mas, para Paulo Estrella, diretor da Academia do Concurso, a lógica é simples, pois o cadastro de reserva não é previsão de necessidade de vagas, mas uma lista de aprovados que pode ser usada - ou não - dentro do período de validade do processo seletivo para suprir demandas emergenciais do serviço público.

“Existem, inclusive, empresas que, para se prevenir desse tipo de decisão judicial, já fazem a seleção para cadastro de reserva, evitando o comprometimento na contratação do candidato, já que, oficialmente, não há demanda real”, critica Estrella.

Cadastro

A Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac) confirma que a decisão não terá efeito sobre o tema. De acordo com seu presidente, Ernani Pimental, a associação entende que é preciso lei específica que impeça a abertura de concursos apenas para cadastro de reserva. Se o órgão precisa se garantir com a formação do cadastro, afirma Pimentel, o edital deve definir a quantidade de vagas a serem preenchidas e o número de aprovados que irão constituir-lo.

12 AGO 2011

METRO

Gravação mostra fraude em licitação

Um telefonema gravado pela operação Voucher, da Polícia Federal, revelou que empresários simulavam cotações de preços para fraudar licitações em convênios que seriam estabelecidos com a ONG Ibrasi (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Infraestrutura Sustentável). Após investigações, a PF identificou desvios de R\$ 4,4 milhões em convênios entre o ministério e a entidade.

No áudio, gravado dia 21 de julho com autorização da Justiça, e divulgado pelo jornal "O Estado de S. Paulo", Hugo Leonardo Gomes, dono de uma empresa de fachada, conversa com um amigo chamado Ricardo, que teve a empresa usada para simular uma cotação de preços e favorecer a empresa de Hugo. Na ligação, Ricardo se mostra preocupado com a visita da Polícia Federal ao seu escritório. Na conversa é possível identificar que os dois sabem do esquema. Na operação, foram presas 36 pessoas. Ontem, 18 foram liberadas. O secretário-executivo do Ministério do Turismo, Frederico Silva Costa, continua detido. ● METRO

PARANÁ ONLINE

Justiça condena McDonald's por agressão a cliente

11 AGO 2011

A rede de fast food McDonald's foi condenada pela Justiça mineira a indenizar um cliente que foi agredido por dois funcionários de uma das unidades de Belo Horizonte. O cliente, um gaúcho que estava na capital mineira a negócios, teve o nariz quebrado por um chute de um dos funcionários e deve receber R\$ 10 mil da empresa, que também terá de arcar com o custo dos gastos médicos tidos pelo cliente.

Segundo o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a agressão aconteceu em abril do ano passado. De acordo com a ação, o gaúcho, cujo nome não foi revelado, saiu de um evento em Belo Horizonte por volta das 4h e foi à lanchonete na Savassi, zona sul da capital mineira. O cliente alegou na ação que, após fazer seu pedido, tentou ir ao banheiro, mas foi impedido pelos funcionários da lanchonete sob a alegação de que ele estava fechado para limpeza. Ele teria discutido com alguns funcionários que, ainda segundo o processo, "chegaram a fazer insultos e ameaças". Ao deixar a lanchonete, a vítima foi jogada no chão por um dos funcionários e outro chutou o rosto do cliente, agressão confirmada pelo depoimento de uma testemunha.

O empresário gaúcho entrou com ação contra a rede com pedido de indenização no valor de R\$ 70 mil, além de R\$ 120 gastos na consulta e R\$ 10 mil por lucros cessantes, pois teria sido impedido de trabalhar. O caso foi julgado à revelia em primeira instância, mas o juiz Marco Aurélio Ferrara Marcolino, da 30ª Vara Cível do Fórum Lafayette, em Belo Horizonte, sentenciou a McDonald's a pagar indenização de R\$ 15 mil mais o valor da consulta e alegou que a vítima não provou o lucro cessante.

Tanto o gaúcho quanto a empresa recorreram, mas o TJMG manteve a sentença, embora tenha reduzido o valor da indenização para R\$ 10 mil. Segundo o desembargador Versiani Penna, ficou comprovado "que houve falha na prestação de serviços da lanchonete, visto que o autor fora impedido de entrar no banheiro do estabelecimento, que estava em horário de funcionamento" e que a vítima "foi ofendido verbalmente e agredido fisicamente por funcionários da empresa". Por meio de sua assessoria de imprensa, a McDonald's informou apenas que "se trata de um processo em andamento e, por isso, não tem como dar um parecer sobre uma decisão que ainda não é final".

CONJUR 11 AGO 2011

Corregedoria Nacional de Justiça e tribunais se mobilizam para localizar pais em todo o Brasil



Os tribunais de Justiça de todo o País estão fazendo campanhas e mutirões para reduzir o número de crianças e adolescentes sem paternidade no registro da nascimento. “O resultado é excelente”, comenta a corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon. De acordo com o Censo Escolar 2009, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), há no Brasil em torno de 5 milhões de alunos matriculados na rede escolar sem o nome do pai na certidão de nascimento. Por isso, a Corregedoria Nacional de Justiça lançou, em agosto do ano passado, o projeto Pai Presente, com diretrizes de ação para os juízes e tribunais.

O programa, realizado em parceria com os tribunais de Justiça, estados e municípios, já foi lançado em diversos estados. Na última segunda-feira (08/08), a ministra Eliana Calmon participou, em Belo Horizonte, do lançamento do programa Pai Presente em Minas Gerais, Estado cujo Poder Judiciário já realizava boas experiências sobre o tema.

O Pai Presente foi instituído pelo Provimento 12 da Corregedoria Nacional de Justiça, que determina medidas a serem adotadas pelos juízes e tribunais brasileiros para reduzir o número de pessoas sem paternidade reconhecida no país. O objetivo é identificar os pais que não reconhecem seus filhos e garantir que assumam as suas responsabilidades, contribuindo para o bom desenvolvimento psicológico e social dos filhos.

Assinada pelo então corregedor nacional de Justiça, ministro Gilson Dipp, e incentivado pela atual corregedora, ministra Eliana Calmon, a regulamentação visa garantir o cumprimento da Lei 8.560/92, que determina ao registrador civil o encaminhamento ao Poder Judiciário de informações sobre registros de nascimento nos quais não conste o nome do pai.

A medida permite que o juiz chame a mãe e lhe faculte declarar quem é o suposto pai. Este, por sua vez, é notificado a se manifestar perante o juiz se assume ou não a paternidade. Em caso de dúvida ou negativa por parte do pai, o magistrado toma as providências necessárias para que seja realizado o exame de DNA ou iniciada ação judicial de investigação de paternidade.

O projeto da corregedoria do CNJ foi possível graças ao apoio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia ligada ao Ministério da Educação, que atendeu solicitação feita pela Corregedoria Nacional, disponibilizando os dados do Censo Escolar de 2009. O Censo de 2009 inclui informações, separadas por unidade da federação e municípios, de aproximadamente 5 milhões de alunos matriculados nas redes de ensino pública e privada que não declararam a sua paternidade, informação facultativa nos dados do Censo mas que serviu de base segura para o desenvolvimento dos trabalhos.

Pelo programa, os exames de DNA e outros procedimentos necessários são custeados pelo Estado.

CONJUR

Decisão sobre repetição de indébito não definiu prazos

11 AGO 2011

Decisão, muito esperada, do Supremo Tribunal Federal definiu que o prazo prescricional para os contribuintes pedirem a restituição de impostos sujeitos à homologação (como o Imposto de Renda Pessoa Física, por exemplo) é de dez anos. Essa decisão representou uma grande derrota para o Fisco.

Tendo em vista que na maioria das ações de repetição do indébito tributário, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional vinha recorrendo até a última instância, com a esperança de que o STF modificasse o entendimento já pacificado no Superior Tribunal de Justiça, já que nem sempre os tribunais superiores costumam compartilhar de mesmo entendimento, principalmente no que tange a matérias tributárias.

A tentativa do Fisco, no entanto, foi em vão. Por seis votos a quatro, o entendimento majoritário do Supremo foi de que os artigos 3º e 4º da Lei Complementar da 118/2005 não são interpretativos. Portanto, o prazo não poderia retroagir como pretendia a União.

A decisão do STF foi favorável ao contribuinte. Porém, como a íntegra ainda não foi divulgada, não se sabe quais serão seus efeitos práticos.

Pairam dúvidas sobre de que forma se daria a aplicação da norma. Primeiro, se aqueles que possuem impostos sujeitos à homologação (como o IRPF, por exemplo), e que teriam valores anteriores a 9 de junho de 2005 a serem restituídos, teriam o prazo de dez anos para pleitear a restituição. Para os fatos geradores que se deram anteriormente a 9 junho de 2005, o prazo seria reduzido para cinco anos, tendo em vista que a lei que reduziu o prazo já estava vigente.

Em segundo lugar, se a restituição independeria da data da consumação do fato gerador, sendo mais importante a data da distribuição da ação. Ou seja, aquelas ações distribuídas antes de 9 de junho de 2005, o prazo seria de dez anos, e por consequência, para as que foram distribuídas após esta data, o prazo seria de cinco anos.

Enquanto a decisão não é publicada, uma coisa é dada como certa: todos aqueles que possuem processos administrativos em andamento, que visam a restituição de IRPF de impostos sujeito à homologação anteriores à vigência da lei, e que já possuem uma primeira decisão desfavorável, devem apresentar manifestação em momento oportuno juntando o julgamento do RE 566.621 (julgado no STF), assim como aqueles que possuem ação judicial. O objetivo é apenas se precaver, tendo em vista que o entendimento do STF deverá ser aplicado em todos os outros demais casos relacionados ao assunto.

CONJUR

Governo tem de nomear aprovados em concurso público

11 AGO 2011

Os aprovados em concurso público dentro das vagas previstas podem comemorar. Na quarta-feira (10/8), o Supremo Tribunal Federal entendeu, por unanimidade, que esses concurseiros têm, sim, direito à nomeação. O entendimento se deu em um impasse levado ao colegiado pelo estado de Mato Grosso do Sul, que questionava a obrigação da administração pública em nomear candidatos aprovados dentro no número de vagas oferecidas no edital do concurso público.

Antes do julgamento, o assunto teve sua Repercussão Geral reconhecida, tendo em vista a relação da matéria com o aumento da despesa pública. O ponto central de discussão do Recurso Extraordinário é se o candidato aprovado em concurso público possui direito subjetivo à nomeação ou apenas expectativa de direito.

Para o estado, só uma equivocada interpretação sistemática constitucional resultaria no reconhecimento de qualquer direito líquido e certo à nomeação dos aprovados. Por isso, alegou violação aos artigos 5º, inciso LXIX, e 37, caput e inciso IV, da Constituição Federal.

O relator do caso foi o ministro Gilmar Mendes. De acordo com ele, a administração pública está vinculada ao número de vagas previstas no edital. “O dever de boa-fé da administração pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas no concurso público”, disse o ministro. Tal fato, frisou, decorre do “necessário e incondicional respeito à segurança jurídica”.

Quando a administração pública torna público um edital de concurso convocando todos os cidadãos a participarem da seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, “ela, impreterivelmente, gera uma expectativa quanto ao seu comportamento segundo as regras previstas nesse edital”, uma vez que os cidadãos “depositam sua confiança no Estado-administrador”.

O ministro também abordou a relação do direito do aprovado *versus* direito do Poder Público. Ele lembrou que, dentro do prazo de validade do concurso, pode-se escolher o momento no qual será realizada a nomeação. No entanto, ficam vedadas disposições sobre a própria nomeação. Para Gilmar Mendes, a nomeação “passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público”.

O direito à nomeação, salientou Mendes, surge quando se realizam as condições fáticas e jurídicas. Estão aí englobadas a previsão em edital de número específico de vagas a serem preenchidas pelos candidatos aprovados no concurso; realização do certame conforme as regras do edital; homologação do concurso; e proclamação dos aprovados dentro do número de vagas previstos no edital em ordem de classificação por ato inequívoco e público da autoridade administrativa competente.

Ao contrário do que alegava o estado de Mato Grosso do Sul, para o ministro a existência de um direito à nomeação limita a discricionariedade do poder público quanto à realização e gestão dos concursos públicos. “Respeitada a ordem de classificação, a

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 1 1 AGO 201

discricionariiedade da administração se resume ao momento da nomeação nos limites do prazo de validade do concurso, disse.

Apesar de todas as considerações, o ministro disse entender que as “situações excepcionálíssimas” não podem ser ignoradas, já que elas “podem exigir a recusa da administração de nomear novos servidores”. Isso ocorre quando uma situação apresenta superveniência, imprevisibilidade, gravidade e necessidade.

O ministro Marco Aurélio disse que “o Estado não pode brincar com cidadão. O concurso público não é o responsável pelas mazelas do Brasil, ao contrário, busca-se com o concurso público a lisura, o afastamento do apadrinhamento, do benefício, considerado o engajamento deste ou daquele cidadão e o enfoque igualitário, dando-se as mesmas condições àqueles que se disponham a disputar um cargo”.

A ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha disse que não acredita em “uma democracia que não viva do princípio da confiança do cidadão na administração”. Já o ministro Celso de Mello considerou o julgamento como “a expressão deste itinerário jurisprudencial, que reforça, densifica e confere relevo necessário ao postulado constitucional do concurso público”. *Com informações da Assessoria de Comunicação do STF.*

1 1 AGO 2011

CONJUR

Conciliações movimentam quase R\$ 2 milhões no RS

Em apenas cinco dias de mutirão, a Justiça Federal do Rio Grande do Sul alcançou a marca de R\$ 1.941.036,02 negociados por meio da conciliação. Os eventos foram promovidos pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscons) de Caxias do Sul, Porto Alegre e Santa Maria, de 1º a 5 de agosto.

No total, foram 198 audiências feitas e 98 acordos fechados — a grande maioria envolvendo conflitos relativos a contratos com a Caixa Econômica Federal (Sistema Financeiro da Habitação e Crédito Estudantil).

Atualmente, a Justiça Federal no Rio Grande do Sul conta com seis Cejuscons envolvidos na promoção da conciliação como forma de solucionar conflitos pacificamente. Além das três cidades que fizeram mutirões na semana passada, Novo Hamburgo, Rio Grande e Pelotas também contam com unidades especializadas em conciliação. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.*

CNJ 11 AGO 2011

Mato Grosso do Sul - Interior realiza 150 reconhecimentos de paternidade



Na cidade de Cassilândia, a 424 quilômetros de Campo Grande, foi realizado um mutirão para reconhecimento de paternidade em agosto de 2010. Em poucos dias de trabalho foram realizados 150 reconhecimentos de paternidade.

De acordo com informações prestadas pela comarca à Corregedoria Nacional de Justiça, nos casos em que existia a mínima dúvida, ou quando o pai negava a paternidade, foi proposto o exame de DNA, acolhido em praticamente todas as situações. O material para o exame de DNA pode ser recolhido no próprio fórum e o pai é informado sobre a obrigação de pagar a pensão alimentícia ao filho, inclusive o valor devido, caso se confirme a paternidade.